

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.352 - RJ
(2019/0114366-0)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : JOSE RAIMUNDO DA CRUZ
ADVOGADO : ANDRÉ FERREIRA PEREIRA - RJ095482
AGRAVADO : ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A
ADVOGADO : MÁRIO DE CASTRO REIS NETO E OUTRO(S) - MG098968
AGRAVADO : AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por **José Raimundo da Cruz** contra decisão da Presidência do STJ (fls. 921/922) que, com base no art. 21-E, V, do RISTJ, ao analisar o agravo em recurso especial, não conheceu do recurso em razão de a parte não ter regularizado a sua representação processual, embora intimada para tal fim.

Sustenta o agravante, em síntese, que o subscritor dos recursos é advogado dativo, atuando mediante nomeação feita pelo Juízo federal, a requerimento da parte. Aduz que, por essa razão, em se tratando de múnus público, é prescindível a juntada de procuração aos autos.

Requer, desse modo, a reconsideração do *decisum* ou o provimento do agravo pelo órgão colegiado.

Disponibilizada vista à parte agravada (fl. 942), transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (fl. 945).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De fato, verifica-se que a parte recorrente encontra-se representada no feito por advogado nomeado pelo Juízo para atuar na condição de defensor dativo (fls. 585/587 e 914/919).

Sobre o tema, esse Sodalício possui entendimento no sentido de que "*Verificando-se que o causídico foi nomeado pelo Juízo - Defensor dativo ou ad hoc -, não é necessária a juntada de procuração*" (**EDcl no RHC 80.959/PR**, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017)

Superior Tribunal de Justiça

Assim, uma vez que a representação processual encontra-se regular, não persiste o óbice apontado na decisão agravada.

ANTE O EXPOSTO, exercendo o juízo de retratação, reconsidero a decisão às fls. 921/922, tornando-a sem efeitos.

Publique-se.

Após, voltem-me os autos conclusos para nova apreciação do agravo em recurso especial.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator